

Apelação Cível n. 2012.086816-2, de Palhoça
Relator: Des. Pedro Manoel Abreu

Apelação cível. Ação anulatória c/c repetição indébito tributário. IPTU e impostos municipais. Imunidade recíproca. Sociedade de economia mista que presta serviço público essencial (CASAN). Exegese do art. 150, VI, alínea a, da Constituição Federal. Precedentes do STF e da Corte catarinense. Repetição devida. Juros de mora e correção escorretamente estabelecidos. Honorários advocatícios arbitrados com razoabilidade. Sentença mantida. Recurso desprovido.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca, nos termos da alínea a do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Precedentes (STF, RE 631309 AgR, rel. Min. Ayres Britto, j. 27.3.2012).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2012.086816-2, da comarca de Palhoça (3ª Vara Cível), em que é apelante Município de Palhoça e apelada Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN:

A Terceira Câmara de Direito Público decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Custas legais.

O julgamento, realizado em 4 de junho de 2013, foi presidido pelo signatário, com voto, e dele participaram os Desembargadores Cesar Abreu e Carlos Adilson Silva.

Florianópolis, 11 de junho de 2013.

Pedro Manoel Abreu
PRESIDENTE E RELATOR

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação cível interposta pelo município de Palhoça contra sentença que, nos autos da ação anulatória c/c repetição de indébito tributário que lhe move a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, reconheceu a imunidade tributária da autora e a isentou do recolhimento dos tributos municipais, em especial o IPTU, determinando, ainda, a devolução dos valores recolhidos indevidamente, desde que não alcançados pela prescrição, acrescido de juros e correção monetária.

Irresignado, o município de Palhoça argumenta, em síntese, que a autora/recorrida é sociedade de economia mista que explora atividade econômica, não sendo, portanto, agraciada pela imunidade tributária prevista no art. 150 da Carta Magna.

Contrarrazoando, a apelada pugnou pela manutenção da sentença.

Após, os autos ascenderam a esta Corte.

Este é o relatório.

VOTO

O cerne da controvérsia reside em saber se as sociedades de economia mista que prestam serviços públicos foram ou não agraciadas com a imunidade tributária prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da Constituição da República, relativa à exigência de IPTU e outros impostos.

De início, nota-se que o recurso não merece amparo, na medida em que a sentença está ancorada na compreensão do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (STF, AC 1851 QO/RO, rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008).

Mais recentemente, aquela mesma Corte Suprema assentou:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO. APLICABILIDADE. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido (STF, RE 631309 AgR, rel. Min. AYRES BRITTO, j. 27.3.2012).

A propósito, essa é exatamente a hipótese dos autos em que a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), sociedade de economia mista prestadora do serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, vem sendo compelida pelo Município de Palhoça ao pagamento de impostos municipais, especialmente do IPTU.

Assim, ainda que haja orientações contrárias, entendendo que a CASAN por ser sociedade de economia mista que cobra tarifas pelos serviços que presta, não estaria albergada pela imunidade tributária que atinge as autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, é pacífico o entendimento de que aquela concessionária de serviço público relativo ao fornecimento de água e saneamento goza de imunidade tributária referente ao Imposto Predial Territorial Urbano e outros impostos municipais, pois presta serviços preponderantemente públicos, substituindo o Estado na execução de tarefas de necessidade e interesses dos administrados.

Essa, aliás, é a compreensão também deste Tribunal de Justiça, que reiteradamente tem averbado:

TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, VI, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da

Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11). (TJSC, Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 26-02-2013)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - REEXAME NECESSÁRIO - IPTU - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - ART. 150, INC. VI, ALÍNEA 'A' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO (CASAN) - IMUNIDADE RECÍPROCA ASSEGURADA - PRECEDENTES DO STF E DA CORTE - JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS - SENTENÇA MANTIDA 1. "As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008). "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF". (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011). 2. "Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça" (AC n. 2011.085598-0, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 3.4.2012). (TJSC, Reexame Necessário n. 2010.082615-1, de Canoinhas, rel. Des. Rodrigo Collaço, j. 31-05-2012)

REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDEBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO. DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. I. A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que "as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC n.1851 QO, relª. Minª. Ellen Gracie, j 17.6.08). II. Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça. III. Fixados os honorários advocatícios equitativamente, com atenção aos critérios engastados no art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, devem ser como tal mantidos. (TJSC, Reexame Necessário n. 2011.085598-0, de Tangará, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 03-04-2012)

TRIBUTÁRIO. CASAN. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E

TERRITORIAL URBANA (IPTU). IMUNIDADE CONSTITUCIONAL. Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente à incidência tributária dos impostos. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF. (TJSC, Apelação Cível n. 2011.019146-0, de Rio do Oeste, rel. Des. Newton Janke, j. 14-02-2012)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO INSTAURADA PELA CASAN CONTRA MUNICÍPIO. PRETENSÃO DO MUNICÍPIO A COMPENSAÇÃO DE VALORES ORIGINADOS DE DÉBITOS DE IPTU EXISTENTES EM NOME DA EMPRESA ACIONANTE. EXEQUENTE QUE, MESMO SENDO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO (SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA), EXERCE ATIVIDADE PREPONDERANTEMENTE PÚBLICA, SENDO-LHE, POR ISSO, EXTENSÍVEL O INSTITUTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (ART. 150, VI, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STF E DESTA SODALÍCIO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (AI n. 2010.051171-7, de Tangará, Rel. Des. João Henrique Blasi, j. 22.3.2011). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2011.055489-9, de Lages, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 06-12-2011)

IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PRECEDENTES. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)". (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009). RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2011.026919-6, de Xanxerê, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 24-07-2012)

Notadamente, a anulação dos lançamentos efetuados era, de fato, medida de rigor.

Em sede de reexame, no que toca à repetição, considerando que a exação é indevida, encontra amparo a pretensão da autora no art. 165, inciso I, do Código Tributário Nacional, que dispõe:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

Obviamente, merecem ser restituídos apenas os valores pagos até 05 (cinco) anos antes da propositura da ação, de acordo com o que dispõe o art. 168, inciso I, também do Código Tributário Nacional.

Outrossim, merece destaque o acerto da sentença quando da fixação da correção monetária e dos juros moratórios, na medida em que, tratando-se de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela, acrescidos de juros a partir do trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e do verbete sumular n. 188 do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual: "os juros moratórios, na repetição do indébito, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.

Por fim, merece confirmação o *decisum a quo* também no ponto em que tratou da distribuição dos honorários, uma vez que fixados com razoabilidade, a teor do que disciplina o art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Este é o voto.